



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 2.086, DE 2024**

**(Do Sr. Jonas Donizette)**

Altera o art. 211 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas do crime de destruição, subtração ou ocultação de cadáver.

**DESPACHO:**

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA  
(MÉRITO E ART. 54, RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. JONAS DONIZETTE)

Altera o art. 211 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas do crime de destruição, subtração ou ocultação de cadáver.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 211 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas do crime de destruição, subtração ou ocultação de cadáver.

Art. 2º O art. 211 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Destruição, subtração ou ocultação de cadáver**

Art. 211 - .....

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.”

(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de expediente destinado a alterar o art. 211 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas do crime de destruição, subtração ou ocultação de cadáver.

Consigne-se, no ponto, que o referido delito tutela o sentimento de respeito pelos mortos, sancionando com penas de reclusão, de um a três anos, e multa, o agente que destrói (desfaz ou desmancha), subtrai (apodera-se) ou oculta (esconde ou dissimula) cadáver ou parte dele.

Entretanto, conforme se verifica, as penas abstratamente previstas não condizem com a magnitude dessas condutas, gerando uma inescusável desobediência ao mandado de criminalização imposto pela Constituição Federal.

Destaque-se, portanto, que a implementação de balizas penais mais austeras ao delito em análise é providência que se impõe, objetivando não só a retribuição do mal cometido, mas, também, a prevenção da reincidência, já que o criminoso terá receio de ter a sua liberdade tolhida por lapso temporal equivalente e proporcional ao evento criminoso.

Amparado em tais argumentos, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei, que tanto contribuirá com a repressão da criminalidade.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2024.

**Deputado JONAS DONIZETTE**

2023-14415



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:194012-07;2848">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:194012-07;2848</a>
---	---

**FIM DO DOCUMENTO**